



Ação Comunitária do Brasil – São Paulo

Demonstrações Financeiras acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos: Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil – São Paulo
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

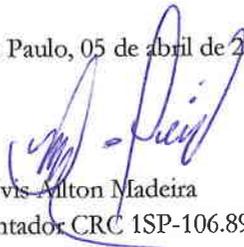
Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil – São Paulo em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos.

Outros assuntos**Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente**

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 17 de abril de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2014 tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de abril de 2016.



Clóvis Alton Madeira
Contador CRC 1SP-106.895/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	4	1.131	1.883
Recursos vinculados a projetos	5	2.270	2.906
Contas a receber	6	1.069	1.282
Estoques		180	323
Outros créditos	7	3.457	2.994
Impostos a recuperar		3	-
Despesas antecipadas		30	33
Total do ativo circulante		<u>8.140</u>	<u>9.421</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		72	28
Outras contas a receber		-	150
Impostos a recuperar	8	160	160
Imobilizado	9	2.164	1.867
Intangível		83	36
Total do ativo não circulante		<u>2.479</u>	<u>2.241</u>
Total do ativo		<u><u>10.619</u></u>	<u><u>11.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		384	376
Férias e encargos		580	536
Impostos a recolher		7	8
Recursos vinculados a projetos	6	2.270	2.906
Outras contas a pagar		267	172
Total do passivo circulante		<u>3.508</u>	<u>3.998</u>
Patrimônio líquido	10		
Patrimônio social		7.664	7.572
Superávit (déficit) acumulado		(553)	92
		<u>7.111</u>	<u>7.664</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>10.619</u></u>	<u><u>11.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (reapresentado)
Receitas operacionais			
Com restrições			
Contribuições e doações	11	4.070	2.696
		<u>4.070</u>	<u>2.696</u>
Sem restrições			
Contribuições e doações	12	5.136	6.075
Venda de produtos	13	4.008	3.891
Aluguel		157	148
Trabalho voluntário	22	501	338
		<u>9.802</u>	<u>10.452</u>
Total das receitas operacionais		<u>13.872</u>	<u>13.148</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrições			
Assistência social	14a	(4.070)	(2.696)
		<u>(4.070)</u>	<u>(2.696)</u>
Sem restrições			
Assistência social	14b	(3.123)	(3.566)
Custo dos produtos vendidos	15	(2.532)	(2.724)
Despesas com venda de produtos	16	(1.338)	(1.067)
Depreciação e amortização		(206)	(180)
Despesas com mobilização de recursos	17	(1.889)	(1.878)
Despesas administrativas e gerais		(907)	(762)
		<u>(9.995)</u>	<u>(10.177)</u>
Trabalho voluntário	22	(501)	(338)
Total dos custos e despesas operacionais		<u>(14.566)</u>	<u>(13.211)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(694)</u>	<u>(63)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras			
Despesas financeiras		229	238
		<u>(88)</u>	<u>(83)</u>
		<u>141</u>	<u>155</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(553)</u>	<u>92</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.484	88	7.572
Transferência para o patrimônio social	88	(88)	-
Superávit do exercício	-	92	92
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>7.572</u>	<u>92</u>	<u>7.664</u>
Transferência para o patrimônio social	92	(92)	-
Déficit do exercício	-	(553)	(553)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>7.664</u>	<u>(553)</u>	<u>7.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(553)	92
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	206	176
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	135	79
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	26
	<u>(212)</u>	<u>373</u>
(Aumento) / Redução das contas do ativo		
Revursos vinculados a projetos	636	(1.073)
Contas a receber	213	(166)
Estoques	143	219
Outros créditos	(463)	(1.090)
Impostos a recuperar	(3)	-
Despesas antecipadas	3	7
Depósitos judiciais	(44)	(28)
Outros ativos	150	-
Aumento / (Redução) das contas do passivo		
Fornecedores	8	(122)
Salários, férias e encargos a pagar	44	101
Revursos vinculados a projetos	(636)	1.073
Impostos a recolher	(1)	-
Outras contas a pagar	95	147
Caixa consumido pelas atividades operacionais	<u>(67)</u>	<u>(559)</u>
Das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(685)	(411)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(685)</u>	<u>(411)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(752)</u>	<u>(970)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.883	2.853
No final do exercício	1.131	1.883
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(752)</u>	<u>(970)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo, sob nome fantasia “Vocação”, foi constituída em 1967. É uma Entidade de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza.

Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducacionais, sociais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicase também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário sustentável e à empresas privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 05 de abril de 2016.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), particularmente à NBC ITG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, bem como disposições específicas estabelecidas pela Resolução CFC No. 1409/12, que aprovou a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada em razão de não existirem valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o superávit (déficit) do exercício é igual ao superávit (déficit) abrangente total.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as receitas próprias

2.2. Ajustes e reclassificações efetuadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Entidade identificou incorreções nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 por conta da falta de uso de informação confiável que estava disponível quando da autorização para divulgação daquelas demonstrações financeiras. As incorreções estão relacionadas à: (i) Contribuições e doações sem restrições apresentadas na forma líquida das despesas correspondentes (quando o correto seria a apresentação de receitas por sua totalidade e as despesas na linha “despesas com mobilização de recursos”); e (ii) falta de apresentação dos valores de “Trabalho Voluntário” (quando o correto seria a apresentação de valores nas receitas e despesas). Dessa forma, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas com as seguintes alterações: (i) apresentação das Contribuições e doações sem restrições por sua totalidade em R\$ 6.075, com suas despesas relacionadas apresentadas em Despesas com mobilização de recursos em (R\$ 1.878); e (ii) apresentação dos valores de Trabalho voluntário nas receitas e despesas em R\$ 338. Os respectivos ajustes e reclassificações não afetaram o resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014.

Tendo em vista a dificuldade na obtenção das informações para períodos anteriores a 31 de dezembro de 2014, a Administração considerou como saldos iniciais para fins da apresentação retrospectiva as demonstrações de 31 de dezembro de 2014.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

3. Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Entidade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Despesas operacionais – Financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado da Entidade compreendem as "Aplicações financeiras – recursos sem restrição".

Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição

São instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do superávit do exercício.

iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a Receber", "Outros créditos" e "Recursos vinculados a projetos" e

Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

Recursos vinculados a projetos

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet e Fumcad, que ainda não foram aplicados nos projetos, detalhado na nota explicativa 5.

iv) Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade desconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio, do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva).

Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, somente quando a Entidade tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, recursos vinculados a projetos e outras contas a pagar.

b) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques compreendem os brindes não realizados até o término do exercício e outros materiais.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

d) Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

f) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

g) Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Entidade não é parte envolvida em nenhum processo judicial. Consequentemente, não existe provisão para cobrir eventuais riscos.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

i) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído) pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

j) Receita operacional

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

A receita é representada por doações sendo:

Doações sem restrições

Cujos doadores não estipulam condições específicas a serem cumpridas pela Entidade. Essas doações são contabilizadas como receitas quando recebidas.

Doações com restrições

Cujos doadores determinam em quais atividades os recursos devem ser aplicados. A Entidade mantém essas doações no passivo circulante (na rubrica “Recursos vinculados a projetos”) e as reconhece como receitas à medida em que os recursos são aplicados.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros; e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

l) Gratuidade

Tendo em vista que a Entidade é uma Entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.

4. Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2015	2014
Caixa	9	8
Bancos conta movimento	27	7
Aplicações financeiras (i)	1.095	1.868
	1.131	1.883

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

5. Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Bancos - conta corrente	1.348	1.818
Aplicações financeiras	463	459
Projetos a receber	459	629
	2.270	2.906

Recursos vinculados a projeto representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de lei incentivados. A Entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados nas atividades ligadas ao projeto. Todo o rendimento é revertido para aplicação no projeto.

Lei Rouanet

A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura. As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Som Ritmo e Movimento (Projeto Pronac 147067), mencionado na nota explicativa nº 14a.

FUMCAD

O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos atualmente são o Projeto Conexão Jovens e o Projeto Famílias que Educam, mencionados na nota explicativa nº 14a.

6. Contas a receber

	2015	2014
Venda de produtos no país	1.128	1.354
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(59)	(72)
	1.069	1.282

7. Outros créditos

	2015	2014
Nota fiscal paulista a receber (i)	2.544	1.721
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	733	962
Projetos especiais a receber	2	120
Outros	178	191
	3.457	2.994

- (i) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, as entidades de assistência social e da área da saúde podem se beneficiar no Programa da Nota Fiscal Paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da Nota Fiscal Paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa.

Durante o exercício foram cadastrados notas e cupons fiscais a favor da Entidade, que geraram créditos no Programa Nota Fiscal Paulista no montante de R\$ 2.837 de receita, sendo R\$ 2.544 previsto para liberação do valor integralmente em abril de 2016.

- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados pela Ação Comunitária com recursos próprios para financiamento dos projetos, devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura do município de São Paulo. Os valores estão previstos para recebimento em janeiro a março de 2016.

8. Impostos a recuperar

Por recomendação de seus assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160 apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2015 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2015	2014
Computadores e periféricos	20%	286	125
Instalações	10%	293	226
Móveis e utensílios	10%	86	82
Veículos	10%	126	167
Máquinas e equipamentos	10%	267	134
Edifícios	1,50%	971	998
Terrenos	-	135	135
		2.164	1.867

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2015 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2015
Computadores e periféricos	125	210	(2)	(47)	286
Instalações	226	102	-	(34)	294
Móveis e utensílios	82	18	-	(17)	83
Veículos	167	-	-	(41)	126
Máquinas e equipamentos	134	163	-	(30)	267
Edifícios	998	-	-	(25)	973
Terrenos	135	-	-	-	135
	1.867	493	(2)	(194)	2.164

10. Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. O patrimônio social representa os superávits e déficits de exercícios anteriores. O déficit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembleia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo nº 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

11. Contribuições e doações – com restrições

	2015	2014
Projeto Pronac 147067	1.582	-
Conexão Jovem	1.815	209
Famílias que Educam	673	100
Projeto Pronac 121447	-	10
Projeto Pronac 131585	-	1.327
Academia de Jovens Líderes	-	521
Família Participação Cidadã	-	529
	4.070	2.696

Recursos vinculados a projetos descritos na nota explicativa n.º 5.

12. Contribuições e doações – sem restrições

	2015	2014
Programa nota fiscal paulista (i)	2.837	3.504
Empresa cidadã-manutenção (ii)	1.405	1.590
Doações e editais privados	196	355
Contribuições regulares	331	349
Desenvolvimento de lideranças	-	4
Eventos e parcerias	367	273
	5.136	6.075

(i) Vide nota explicativa 6.

(ii) O compartilhamento de nossa causa com as empresas originou o Projeto Empresa Cidadã (PEC), focado no patrocínio de turmas em nossas organizações sociais parceiras, aproximando os jovens de uma realidade mais favorável, de perspectiva e cidadania. As empresas interessadas podem patrocinar turmas de Educação Complementar (Crê-Ser) e Preparação para o Trabalho (PPT). Cada turma possui de 20 a 25 educandos, com resultados apurados pelo SAMIS, que podem ser usados em relatórios sociais do patrocinador.

13. Venda de Produtos

	2015	2014
Receita bruta em venda de produtos	4.030	3.920
Deduções da receita bruta	(22)	(29)
	4.008	3.891

14. Custos e despesas operacionais

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade. As ações sociais são desenvolvidas pelo Centro de Desenvolvimento Integral, Centro de Desenvolvimento Comunitário e Centro de Orientação para o Trabalho:

14a. Custos com assistência social – com restrições

- **Projeto Conexão Jovens** - Complementar os serviços públicos da rede de proteção social básica e escolas públicas, assim como as ações socioeducativas promovidas por organizações não governamentais, por meio da articulação de oportunidades de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, nas subprefeituras de Campo Limpo, M'boi Mirim, Cidade Ademar e Capela do Socorro. Finalizado em novembro de 2015.
- **Projeto Famílias que Educam** - Fortalecer as famílias para que desempenhem seu papel na garantia de direitos ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens de 16 Organizações Sociais parceiras e de 02 Escolas Públicas com ações de ampliação de repertório informacional, cultural e de vivências de participação cidadã. Finalizado em outubro de 2015.
- **Projeto Som Ritmo & Movimento** - em parceria com Organizações Sociais, enriquece as atividades desenvolvidas nas Organizações Parceiras nos programas socioassistenciais, ampliando o universo sociocultural de crianças, adolescentes e jovens. Promove atividades sistemáticas nas modalidades de dança, teatro, musicalização, capoeira, artes visuais e plásticas e práticas desportivas. É inteiramente financiado com recursos incentivados pela Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e consta, em sua 10ª edição.

Composição dos custos de assistência social com restrição 2015 e 2014:

	2015	2014
Projetos Incentivados		
Som, Ritmo e Movimento	(1.582)	(1.336)
Conexão Jovem	(1.815)	(210)
Famílias que Educam	(673)	(100)
Academia Jovens Líderes	-	(521)
Família Participação Cidadã	-	(529)
	(4.070)	(2.696)

Os registros nessas rubricas correspondem aos custos de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

14b. Despesas com assistência social – sem restrições

- **Centro de Desenvolvimento Integral** - O Centro de Desenvolvimento Integral é a área da Vocação dedicada ao trabalho socioeducativo. Seu objetivo é promover o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio da implantação e acompanhamento de metodologias pedagógicas atualizadas, acompanhadas regularmente por um sistema de avaliação. Todas as atividades são idealizadas tendo como foco as aprendizagens necessárias para cada idade, sempre levando em consideração que cada criança, jovem e adolescente participante têm características singulares que impactam em seu desenvolvimento. Nosso trabalho tem um olhar único e particular, o que permite aos sujeitos fortalecer habilidades e, assim, desenvolver suas vocações.

Centro de Desenvolvimento Comunitário - Desde sua fundação, a Ação Comunitária compreende a importância no desenvolvimento local de forma ampla e integrada, incentivando a aproximação entre organizações sociais, famílias e outros atores das regiões atendidas, elegendo a cooperação como valor essencial para o desenvolvimento de uma comunidade preocupada com a proteção das crianças, adolescentes e jovens.

- **Centro de Orientação para o Trabalho** - O Centro de Orientação para o Trabalho é responsável pelo fortalecimento do potencial profissional dos jovens, bem como pela inserção destes em oportunidades dignas de trabalho. A área baseia-se em parcerias ganha-ganha com o setor empresarial: ao mesmo tempo que os jovens atendidos alcançam seus objetivos de capacitação profissional, as empresas se beneficiam com a contratação de pessoas qualificadas. Composição dos custos com assistência social sem restrição 2015 e 2014:

	2015	2014
Centro de Desenvolvimento Integral	(1.969)	(2.176)
Centro de Desenvolvimento Comunitário	(405)	(682)
Centro de Orientação para o Trabalho	(749)	(708)
	(3.123)	(3.566)

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

15. Custo dos produtos vendidos

	2015	2014
Personalização de produto	(133)	(196)
Matéria Prima	(37)	(13)
Custo para gravação de imagem	(127)	(8)
Custo de aquisição de produtos para revenda	(2.235)	(2.507)
	(2.532)	(2.724)

16. Despesas com vendas de produtos

	2015	2014
Despesas com pessoal	(869)	(568)
Despesas com catálogo e distribuição	(248)	(386)
Despesas com comunicação e telefonia	(50)	(31)
Representantes	(29)	(15)
Outras despesas	(142)	(67)
	(1.338)	(1.067)

17. Despesas com mobilização de recursos

	2015	2014
Despesas com pessoal	481	527
Despesas com marketing e eventos	492	396
Representação e serviços tomados	793	863
Outras despesas	123	92
	1.889	1.878

18. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da Entidade, exceção feita à remuneração do Superintendente. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

19. Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações da lei 12.101/09 e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º Inciso II da Seção I da Saúde e pelo art.13º §1º Inciso III “a” e “b” da Seção II da Educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da Seção III da Assistência Social. Conforme demonstrativo a seguir:

Números (em quantidades) de atendimentos em 2015 e 2014:

	2015	2014
Programa Crê-Ser	2.669	2.807
Programa Preparação Para o Trabalho	649	703
Programa Primeiras Letras	147	558
Centro de Orientação para o Trabalho	124	137
	3.589	4.205
	2015	2014
Projetos Complementares		
Academia de Jovens Líderes	-	4.012
Família Participação Cidadã	-	7.005
Conexão Jovem	3.318	2.359
Famílias que Educam	2.019	2.726
Som, Ritmo e Movimento	3.318	4.090
	8.655	20.192

20. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social. De acordo com o disposto no § 2º do Art. 24, da Lei 12.101/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação, o pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.098395/2014-24 em 10 de setembro de 2014.

21. Isenção previdenciária usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída – INSS em R\$ 1.174 (R\$ 1.082 em 2014)

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

22. Trabalho Voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2015 e 2014.

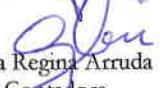
Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2015	2014
Serviços de auditoria	25	52
Serviço de proteção de crédito	113	45
Anúncios gratuitos na internet	363	241
Total Geral	501	338

23. Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade não apresentava quaisquer avais, fianças e garantias.


 Celso Luiz Teani de Freitas
 Superintendente


 Celia Regina Arruda
 Contadora
 CRC 1SP173663-O9